

## **De Real Biblioteca à Biblioteca Nacional: a construção de uma Cidadela das Letras**

Profa. Dra. Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima<sup>1</sup>

### **Considerações Iniciais:**

Minha intenção em trabalhar neste artigo se dá em virtude de minha trajetória acadêmica estar sendo conduzida a estudos da e sobre a cidade, passando pelos debates intelectuais e pela matéria da memória. Penso que o tema que escolhi como objeto pode ser compensador para minhas metas, bem como para a História da Biblioteca Nacional, tão bem conhecida, porém tão pouco escrita. Por outro lado, dar ênfase ao Império, ao mesmo tempo em que se constitui um desafio para mim, acostumada a trabalhar com o período republicano, traz à tona, uma vontade antiga de trabalhar com a História desta Instituição, que teve no Império um papel de extrema importância, no que tange aos debates culturais. Porém, é importante ressaltar que está na República a grande preocupação em torná-la símbolo não só das letras, mas da Cidade.

Embora em meu Doutorado em Sociologia tenha trabalhado com o período do Estado Novo e suas políticas públicas nas habitações populares do Rio de Janeiro e Recife, minha preocupação com o papel de intelectuais e as Instituições Culturais nunca cessou. Pude perceber como os intelectuais médicos e a própria imprensa da época tratavam de tais

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas – Sociologia, pelo IUPERJ/UCAM; Mestre em História da Cultura, pela PUC-Rio; Graduada em História pela UERJ. Leciona na Escola de Educação e no Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO e como Professora Substituta na FEBF/UERJ. Faz parte do Grupo de Pesquisa Instituições e Sociedades, vinculado ao Mestrado de História da UNIVERSO.

questões. Porém, meu interesse pela Biblioteca Nacional se deu anos antes durante o Mestrado. Neste momento, minhas pesquisas foram diretamente direcionadas aos prédios da Avenida Central durante a primeira década do século XX, como o Teatro Municipal, o Museu de Belas Artes e a Biblioteca Nacional. Tendo este último um papel singular desempenhado desde 1808, quando chega ao Brasil pelas mãos de D. João VI, passando por restrições e remodelações durante o Império brasileiro.

\* \* \*

Na História da Cultura brasileira a participação dos monumentos edificados tem um papel especial. Nos primeiros anos da República um conjunto arquitetônico se formou na principal avenida da capital, Rio de Janeiro, a fim de mostrar ao Brasil e ao exterior a centralidade de suas intenções de civilidade e progresso a que o país se permitia. Era o surgimento de espaços como o Museu de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional na recém inaugurada Avenida Central.

No entanto, é necessário atentar para este último prédio que se inaugurava na dita Avenida em 1910, mas que teve durante os períodos Joanino e Imperial um papel importante na cultura e nas letras do Brasil. É neste sentido, que pretendo neste artigo mostrar a construção deste símbolo que permanece hoje em nossa cultura, mas que fincou suas raízes no período imperial, fazendo deste um exemplo de construção de uma cultura das letras, que configura sua importância como lugar-de-memória (Nora, 1993), seja por sua função como cidadela das letras (Rama, 1985), seja com suas características simbólicas que vai muito além de sua funcionalidade ou de sua materialização em prédios distintos a que foi submetida sua construção.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, próximo à Igreja da Ordem Terceira do Carmo, a Real Biblioteca, que logo teve seu nome mudado para Real Biblioteca do Rio de Janeiro. Segundo Gilberto Vilar de Carvalho (1994), poucos anos depois, em 1810, a Biblioteca teria então seu acervo completo, chegado de Portugal, para ser aberta em 1814 à população da cidade, como a principal biblioteca da

colônia portuguesa na América. Nesta época, tomavam conta da Real Biblioteca, seus Prefeitos, Frei Gregório e Padre Joaquim Dâmaso.

Passado alguns anos, com a Independência do Brasil, D. Pedro I teve que pagar à Família Real uma quantia por suas propriedades, dentre elas a Biblioteca Nacional. A partir daí se constitui um paradoxo com relação ao papel cultural da Biblioteca Nacional. Se simbolicamente a Instituição era de extrema importância, faltava a ela um comprometimento cultural dos políticos de então. É aí que aparece a figura de frei Camilo de Monserrat que luta por investimentos e organização técnica e espacial para a Biblioteca a partir dos anos de 1853. Em fevereiro de 1855 receberia as chaves de sua nova instalação, situada no Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio.

Embora a mudança de local da Instituição tenha ocorrido, os problemas de falta de espaço ainda persistiam. Com o passar dos anos e as necessidades da Biblioteca aumentavam. Após a morte de frei Camilo outros administradores passaram e outras posturas se fizeram na direção da Casa. No ano de 1876 inaugura-se o primeiro número de seus *Anais* a fim de divulgar o acervo da Instituição (Carvalho, 1994:70). Outras publicações também vieram e a Biblioteca foi se configurando um grande espaço das letras durante o século XIX, inclusive após a Proclamação da República.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro preparava-se para sua reforma urbana e sanitária e, não haveria melhor momento para pleitear uma nova mudança para a Biblioteca. É então nos primeiros anos deste século, quando a Biblioteca Nacional ainda se instalava no Largo da Lapa, que houve uma eleição para seu novo diretor. Nesta mesma época, seus dirigentes pleitearam novo edifício para abrigá-la. O novo diretor escolhido chamava-se Manuel Cícero Peregrino da Silva, um homem dedicado à Biblioteca Nacional e que mesmo ainda só na esperança de conseguir um novo prédio para a Instituição, não hesitou em fazer melhorias em seu antigo edifício: desobstruiu corredores, aumentando-os e colocando novas prateleiras, além da compra de novos objetos, como a primeira máquina de escrever que a Biblioteca possuiu (Broca, 1975).

Com a reforma de Pereira Passos, o governo autorizou a compra de alguns prédios, que segundo suas pesquisas, estavam em boas condições de habitação. A construção de novos edifícios foi autorizada, já que a maioria dos prédios existentes no centro da cidade foi condenada pelo “Bota-Abaixo”. Como o prédio que abrigava a Biblioteca Nacional, não condizia com as suas necessidades logo seu novo diretor pensou em aproveitar a grande reforma da cidade e pleitear um novo edifício para a Biblioteca.

Por outro lado, um fator externo às questões relativas à dinâmica específica da Instituição pesava muito. A capital brasileira deveria ter uma Biblioteca que a representasse, que a tornasse uma capital também das Letras nacionais e que a fizesse mostrar-se ao mundo como tal. Ainda assim, não se podia esquecer a importância que a Biblioteca teve em seu período anterior.

O lugar por excelência da cultura erudita, dos intelectuais, dos leitores brasileiros não poderia estar em qualquer edifício, pois se a Biblioteca Nacional de Buenos Aires acabava de ganhar um novo edifício para sua instalação, apropriado para as suas necessidades, por que o Rio de Janeiro não poderia seguir o exemplo da mais européias das capitais latino-americanas? Assim escrevia Manuel Cícero Peregrino da Silva:

*“E porque não reclamar para a Biblioteca Nacional do Brasil a instalação que lhe é devida e cuja a necessidade é reconhecida pelos poderes públicos há cerca de trinta anos? O que é preciso é começar e para começar é que apelo para o vosso amor à causa pública”* (Anais da Biblioteca Nacional, 1902: 391).

Um ano após a sensação de impacto deixada nos habitantes da cidade do Rio de Janeiro pela inauguração do Teatro Municipal, um outro prédio que abrigava uma das maiores instituições do Brasil era também inaugurado. Esperada por seus construtores, funcionários, diretores e freqüentadores, era a vez da Biblioteca Nacional adentrar o novo cenário cultural carioca.

A primeira vez que se conseguiu fazer com que a Biblioteca fosse considerada como prioridade e que uma mudança de seu prédio fosse posta em pauta foi com a visita do Ministro Sabino Barroso Junior à Biblioteca, que confirmou as péssimas condições em que

esta se encontrava. Primeiramente cogitou-se a idéia de aproveitar o Teatro São Pedro de Alcântara ou dois dos prédios que estavam sendo vendidos na Rua da Glória. Manuel Cícero optou pelo primeiro, mas logo observou o inconveniente de não poder reformá-lo caso houvesse necessidade. Um projeto de adaptação foi feito e o edifício seria totalmente transformado: só seriam conservadas as paredes principais. Como viram que a reforma acarretaria as mesmas despesas que construir um novo prédio, decidiu-se então por uma solução mais radical.

O primeiro local escolhido foi na Praça da República, porém mais uma vez a mudança proposta parecia distante das condições desejadas, uma vez que a desapropriação de alguns prédios da Praça apenas possibilitaria a ampliação das instalações, e mesmo assim a um custo muito elevado. Por outro lado, ficaria instalada em edifício vizinho ao Arquivo Público e o mesmo problema da ampliação, se necessária, apareceria mais tarde. Foi então que Manuel Cícero resolveu encaminhar a possibilidade da construção do edifício da Biblioteca na Avenida Central. Cícero escreveu em seu relatório ao Ministro da Justiça:

*“Nestas condições lancei as vistas para a Avenida Central, onde havia disponível um grande terreno bem situado e que poderia ser cedido pelo Ministério da Indústria independentemente de indenização(...) Tive então a honra de vos propor a substituição do local e a satisfação de ver bem acolhida de vossa parte a idéia apresentada...”* (Relatório apresentado por Manoel Cícero Peregrino da Silva ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores J.J. Seabra. Anais da Biblioteca Nacional, 1905: 419-420).

O novo terreno escolhido por Cícero situava-se no ângulo norte da rua Barão de São Gonçalo, ao lado do Morro do Castelo, mas de novo por causa do problema de ampliação da Biblioteca foi escolhido um outro ângulo na mesma rua, que não permitiria que suas portas se abrissem de frente para a Avenida Central. Finalmente um terceiro terreno, o definitivo fora oferecido a Cícero. Ele seria maior e situado no ponto em que a Avenida se confundia com o largo fronteiro do também em construção Teatro Municipal e ao lado da Escola Nacional de Belas Artes. Lá estaria localizado o novo prédio da Biblioteca Nacional. O projeto original do novo edifício foi feito em francês pelo Engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar, que curiosamente no ano de sua inauguração seria o Prefeito da cidade.

Em 15 de agosto de 1905, foi lançada a pedra fundamental do edifício que ainda hoje abriga a sede da Biblioteca. Na cerimônia foram oferecidos a algumas autoridades, um martelo e uma pá de prata. Ao presidente da República coube uma medalha de ouro e a oferta de uma das canetas de ouro com que assinou a ata. A Manoel Cícero, uma medalha de prata e o tinteiro de prata da assinatura da ata. Hoje ainda há um exemplar da ata da cerimônia na seção de manuscritos da Biblioteca e, outro exemplar foi enterrado com a pedra fundamental nos alicerces do prédio.

A mudança de todo o material que estava no Largo da Lapa só ocorreu em fevereiro de 1910. O edifício foi inaugurado em 29 de outubro do mesmo ano, coincidentemente ou não, data em que a instituição completava cem anos de existência.

Entre os documentos mais significativos e sugestivos estão as Atas do lançamento da pedra fundamental e da inauguração da Biblioteca Nacional. A Ata de lançamento da pedra fundamental da Biblioteca, em letras góticas e coloridas, possui em sua parte superior uma mulher, vestida de branco, amarelo e verde, as cores do Brasil, escrevendo com uma pena. A ornamentação do documento traz uma fita verde e amarela que junta as três folhas: a primeira de formulação da ata e as duas outras somente com assinaturas dos presentes.

A Ata da inauguração está colada sobre um pergaminho, com seu título em letras coloridas. Ao fundo, enquanto o símbolo da Administração abre uma cortina, aparece o desenho da Biblioteca em marrom. Abaixo da figura feminina que representa a Administração estão outras duas mulheres, símbolos da República e o da Lei. Logo a seguir tem-se o texto e a assinatura de todos os participantes.

Enquanto a Ata registra para a posteridade os dados que, aos olhos dos responsáveis pelo evento merecem serem transmitidos às gerações vindouras, os elementos de ornamentação do documento revelam não pouco do sentido do evento: o caráter nacional sublinhado pelo uso reiterado das cores emblemáticas do Brasil; a figura alegórica brandindo a pena a modo de espada; as três musas cívicas da Administração, da República e das Leis enquadrando sob a égide da ordem o prédio da Biblioteca, ele mesmo símbolo e

materialização da civilização e do progresso. Assim como na dinâmica da república recém implantada a ordem subordinava o progresso, também iconograficamente expressava-se a hierarquia entre os dois termos da divisa positivista inscrita na bandeira republicana.

A Biblioteca Nacional foi outra das instituições ainda que originariamente não se situassem na Avenida Central, foram para lá transferidas. Sua mudança não ocorreu só fisicamente, mas também no que diz respeito a seu lugar simbólico na cidade, pois se tratava de uma história que deveria ser escrita e lida sob outro prisma, representando também a mudança que passava a capital federal. Se seu aspecto físico mudava, seus freqüentadores, em sua maioria, eram os mesmos. Embora a mudança da Biblioteca Nacional para a Avenida Central representasse uma tentativa de vê-la de forma diferente, apagando suas características de antiga Biblioteca Imperial e mais antiga ainda Biblioteca Real Portuguesa, os leitores, os estudantes que a freqüentavam não mudaram completamente.

Iniciada a mudança, os móveis foram transferidos para a nova sede no decorrer do ano de 1909. Vários serviços foram contratados, como elevadores para carregamento de material, emprestados pela Escola Nacional de Belas Artes, além do aluguel de um carro de mudanças, ainda que Cícero pensou, a princípio, em comprar um carro só para essa mudança. Quanto aos livros, estes iam saindo da antiga sede da Biblioteca na ordem em que estavam, e colocadas nas novas prateleiras, recuperavam sua antiga ordenação.

Muitos funcionários dividiam-se entre os dois prédios e, paulatinamente, foram abrindo-se seção por seção os serviços ao público na nova sede, para que o tempo gasto com a mudança não fizesse com que o público fosse prejudicado. Os livros menos consultados foram os primeiros a ir para a nova sede. Os mais freqüentemente requisitados deixaram por último as velhas instalações. Em 25 de fevereiro de 1910 o antigo prédio foi entregue ao Ministro, a quem foi enviada uma relação de objetos que não seriam necessários e, por isso teriam ficado na antiga sede. Alguns objetos históricos foram doados ao Arquivo Público Nacional, como por exemplo, a caneta e a pena de ouro com as quais foi assinada a Lei Áurea. Outra doação, uma tela de Pedro Américo, foi para a Escola Nacional de Belas Artes. Alguns dos objetos restantes foram leiloados e alguns doados a outras instituições.

Em 1910, finalmente concluiu-se a montagem do mobiliário recebido, em grande parte e significativamente, dos Estados Unidos. Alguns móveis tiveram que sofrer adaptações para encaixarem-se perfeitamente nas seções a que eram destinados. Certas obras foram indispensáveis: portas de segurança, grade de ferro, passeio para frente do edifício, pinturas. Quatro painéis foram encomendados a Rodolfo Bernadelli, um para o salão de leitura, um para a galeria e dois outros, que não ficaram prontos a tempo para a inauguração, também se destinavam às galerias.

Os quadros que formavam a série exposta em salão da Biblioteca representavam quatro temas associados às atitudes que o leitor deveria cultivar naquele templo do saber: a Imaginação, a Observação, a Reflexão e a Memória. Numa das galerias foram colocadas pinturas que representam a Solidariedade Humana e o Progresso, executadas sobre tela fina e colocadas diretamente sobre a parede, sem moldura. Cada tema encomendado para as pinturas, passava pela escolha pessoal de Cícero, que deixava a concepção final para a criatividade dos artistas que recebiam a encomenda. Além dessas pinturas foram encomendados retratos dos Presidentes da República e Ministros da Justiça, responsáveis pela construção, facilitação das obras e inauguração da nova Biblioteca.

E assim se deu a inauguração:

*“A cerimônia de inauguração se deu às quinze horas do dia 29 de outubro de 1910. Estavam presentes no salão de conferências o Presidente da República, Nilo Peçanha, acompanhado por várias autoridades. Ao Dr. Constâncio Alves coube a leitura da ata de inauguração e a Manoel Cícero, o discurso, que tratava das várias tentativas de conseguir um prédio digno para instalar a Biblioteca e que fosse condizente com a sua função. adequadas; o erudito Dr. Franklin Ramiz Galvão, o reputado bibliógrafo (...) e finalmente o meu egrégio antecessor imediato, o Dr. José Alexandre Teixeira de Mello, poeta, historiador e bibliógrafo, que deixou as mais evidentes provas de seu muito amor à Biblioteca...”*

(...)

*Celebra assim a Biblioteca Nacional o seu centenário e não poderia fazê-lo de melhor modo, confortavelmente installada, dotada de mobiliário e dispositivos apropriados, de modo a poder ser considerada sob o ponto de vista material, como um dos mais adiantados estabelecimentos do seu gênero...”* (Anais da Biblioteca Nacional, 1911: 387-397).

Mas, se foram os funcionários os primeiros beneficiários dos “dispositivos apropriados” a Biblioteca estava “confortavelmente instalada” para seus usuários. Os freqüentadores mais assíduos da Biblioteca Nacional são comentados na crônica *Horas da Biblioteca*, de João do Rio (Broca, 1975: 151-153), um dos principais cronistas da época. A cada momento aparecia um tipo diferente de leitor. Fossem os estudantes que “devoravam os livros”, os poetas, os políglotas e, até mesmo, os namoradores, que começavam estudando e terminavam escrevendo suas cartas de amor. Também entre estes freqüentadores estavam vários intelectuais famosos da época, como o próprio João do Rio. Pelo atributo da leitura, marca de distinção numa sociedade profundamente iletrada e hierarquizada, os freqüentadores da Biblioteca podiam, com as leituras, viajar sem sair do lugar.

Quando a Biblioteca foi transferida para a Avenida os leitores de sempre levaram consigo lembranças individuais e coletivas que os constituíram como grupo. Algo que os caracterizavam como parte daqueles lugares vinha sempre à tona em uma conversa, ao pegarem um livro, ao terem vivido uma situação em comum, enquanto outras lembranças ficaram esquecidas no velho endereço.

Manoel Cícero, na qualidade de diretor da Biblioteca Nacional já instalada na Avenida, viajou à Europa e aos Estados Unidos para aprender novos métodos e trazê-los ao Rio de Janeiro. Trouxe a idéia de realizar uma série de Conferências, iniciadas em 1912 e o projeto de introduzir na Biblioteca o primeiro Curso de Biblioteconomia da América Latina. Estas Conferências desfaziam a imagem do intelectual preso ao gabinete, demonstrando que um moderno diretor de Biblioteca ia agora até seu público. Paula Nei evidencia o êxito da iniciativa: *...Prefiro a palestra à leitura (...) A palestra é um rio ligeiro (...) o livro é água estagnada...* (Velloso, 1997: 70).

Já que a população ansiava por informações e seguindo um modismo da época, um novo modelo de apresentação já anteriormente ensaiado pelo Instituto Nacional de Música, sobre um determinado tema voltava a ser utilizado: as Conferências Literárias. Sua maior função, no entanto, era agradar à platéia elitizada. Estas Conferências divulgavam as obras literárias e faziam com que os intelectuais se tornassem também atores(Velloso,1997:66),

todas as vezes que falavam ao público. A sociabilidade intelectual ganhava um papel de grande importância.

Outras medidas importantes para a Biblioteca Nacional, foram: o Curso de Biblioteconomia, a sua participação no Congresso Universal das Raças, que se reuniu em Londres, em julho de 1911 e ao 3º Congresso de Geografia reunido em Curitiba em setembro do mesmo ano. A Biblioteca foi inscrita como membro da *Société Française de Reproduction de Manuscrits à Peintures*, com sede em Paris. Cumpria-se assim o maior desejo de seus reformadores a ver a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro reconhecida pela instituição francesa congênera.

A Biblioteca Nacional era o lugar por excelência das letras, mas também o lugar do encontro culto e da socialização informal dos letrados: rostos, passos e gestos, encontravam-se pelos seus corredores e salões. Sua função era formativa e informativa, em seu sentido mais amplo. As pessoas procuravam na Biblioteca não só os livros, jornais, manuscritos e coleções, mas iam às Conferências de grandes nomes de nossa Literatura, da Medicina, ou da História.

Neste sentido, quando pensamos a história da Biblioteca Nacional, pensamos também em seus funcionários, freqüentadores, ou apenas visitantes fortuitos, que transitavam pelos seus corredores, escadarias e salões. Embora cada um deles possuísse um estilo diferente de vida, e seus cotidianos os distanciasse, naquele momento suas vidas estavam aproximadas por algum motivo que as fizeram estar naquela cidadela letrada (Rama,1985) que cria um elemento de identidade comum àquelas pessoas. Dos passantes que circulavam pela Avenida Central, alguns jamais freqüentariam aquele espaço, seja por motivo de exclusão social, ou simplesmente pela falta de tempo ou hábito de entrar numa Biblioteca, já que aquele recinto estava aberto apenas aos que realmente se interessavam pelos belos e tortuosos caminhos da leitura.

### **Referências Bibliográficas:**

#### **Fontes:**

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 24, 1902.

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 27, 1905.

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 33, 1911.

**Obras:**

BITTENCOURT, José Neves. *Da Europa Possível ao Brasil Aceitável. A construção do imaginário nacional da conjuntura de formação do Estado Imperial (1808-1850)*. Niterói: Dissertação de Mestrado, 1998. (mimeo).

BROCCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: 1807-1990*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” e “Memória”. In. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. *O Cenário do Progresso: A Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional na Reforma Pereira Passos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1999.

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mèmoire*. Paris: Gallimard, 1984. / *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC, 1993.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.